



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9648 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

ESTRATÉGIAS DE ENSINO ESCOLAR INDÍGENA EM CONTEXTO URBANO DE BOA VISTA/RR ESTUDO SOBRE PRÁTICAS E INTERAÇÕES SOCIAIS

Lysne Nôzenir de Lima Lira - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

ESTRATÉGIAS DE ENSINO ESCOLAR INDÍGENA EM CONTEXTO URBANO DE BOA VISTA/RR: ESTUDO SOBRE PRÁTICAS E INTERAÇÕES SOCIAIS

RESUMO

As instituições de ensino situadas em Boa Vista/RR são espaços compostos por estudantes de origens e etnias diversas: indígenas nativos e provenientes de outros países, roraimenses e migrantes dos demais estados nacionais, estrangeiros, como venezuelanos, guianenses, peruanos e haitianos, por exemplo. Neste universo, investiga-se a seguinte problemática: Quais as contribuições do trabalho docente para a aprendizagem de alunos indígenas no contexto urbano, a partir de aspectos interculturais e das estratégias de ensino em escolas pesquisadas em Boa Vista/RR? A pesquisa se desenvolveu apoiando-se elementos teóricos do Materialismo Histórico Dialético (MHD). O trabalho nos possibilitou aprofundar conhecimentos, quanto à aprendizagem dos alunos indígenas a partir da Lei. 11.645/08. O material coletado foi analisado com fundamento teórico- metodológica da Análise de Discurso Crítica (ADC), de Norman Fairclough. Os resultados apontaram que emerge a efetivação de uma formação continuada na temática da interculturalidade. Assim como, a relevância da prática pedagógica no processo de ensino e aprendizagem de alunos indígenas em contexto urbano.

Palavras-chave: Alunos Indígenas. Aprendizagem. Ensino.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é desenvolvida na área da Educação, tendo como campo de estudo as relações educacionais que se estabelecem sob o contexto das interpretações científicas delimitadas pela Linha de Pesquisa em Formação, Trabalho Docente e Currículo, do Programa de Mestrado em Educação. Nesse sentido, as análises empíricas centralizam-se nas estratégias de ensino utilizadas com alunos indígenas ^[1] em duas escolas não militarizadas ^[2] do Estado de Roraima. A escolha das instituições primou pelo maior universo de alunos indígenas matriculados em escolas estaduais da capital Boa Vista/RR, de acordo com dados do EDUCACENSO (2017) ^[3].

Roraima é o estado mais setentrional, ao norte do Brasil, localizado na região da

Tríplice Fronteira do Brasil: República Federativa do Brasil, República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativa da Guiana. O estado possui a menor densidade demográfica do país e, conforme o Censo (2010), o número de pessoas que se autodeclararam indígenas em Roraima corresponde a 49.637, identificando o estado com maior população indígena proporcional do Brasil.

A presença de alunos indígenas nas escolas urbanas de Boa Vista tem se mostrado um fenômeno crescente. Souza (2009) mostra que vem sendo constante o deslocamento destes povos da área rural para a área urbana. As famílias vêm para cidade por motivos diversos, dentre os quais é possível mencionar a busca pela possibilidade de uma vida mais digna, principalmente, por meio da educação. Esse deslocamento impacta profundamente a vida das famílias indígenas, pois seus filhos, frente a ruptura com sua cultura materna e ao desafio da inclusão em uma nova cultura e diante do despreparo da escola em conviver com as diferenças linguístico-culturais.

Nesse sentido, o ensino na escola deve fornecer meios que garantam o acesso a conhecimentos gerais sem deixar de lado as especificidades culturais e a identidade do aluno indígena.

Assim, considerando o já exposto, bem como o contexto regional educacional Amazônico de pluralidade étnico-racial de Boa Vista e a legislação específica vigente, trazemos à luz a seguinte problemática: Quais as contribuições do trabalho docente para a aprendizagem de alunos indígenas de duas escolas urbanas, considerando aspectos interculturais, sociais e estratégias de ensino? Por conseguinte, buscando possíveis respostas definimos o seguinte objetivo geral: Analisar como o trabalho docente contribui para a aprendizagem de alunos indígenas, a partir de aspectos interculturais e sociais garantidos pela Lei 11.645/08 em Boa Vista/RR.

ASPECTOS INTERCULTURAIS NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS INDÍGENAS

Na práxis mediadora do docente no processo de aprendizagem do aluno do indígena, sua tarefa é ainda maior, pois deverá ampliar seu ângulo de visão respeitando as diferenças. Além disso, é importante destacar que o ensino nas escolas não deve ser uma mera adaptação de currículos estaduais ou municipais para os alunos indígenas, pelo contrário, deve ser elaborado com o propósito de privilegiar os conhecimentos e saberes tradicionais desses povos em um processo dinâmico que contribuirá para o aprendizado de todas as disciplinas.

Nesse contexto, as aulas devem valorizar os hábitos, costumes, particularidades culturais, conhecimentos, saberes, modelos de organização, projetos futuros, entre outros dos povos indígenas. Esses conhecimentos devem ser discutidos com os alunos de forma dinâmica e prazerosa e isso perpassa pelas inovações metodológicas que favorecem o aprendizado dos estudantes. Se tratando do aluno indígena, os aspectos interculturais que envolvem o ensino e a aprendizagem devem ser considerados pelo professor como responsável pela mediação do conhecimento e pelos alunos como o foco da atenção dos promotores da educação.

DISCUSSÃO DA CONTRIBUIÇÃO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS INDÍGENAS

Em relação às aprendizagens essenciais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afirma que “todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e

desenvolvimento” (BRASIL, 2017, p. 146). Essa concepção converge para garantir a todos os alunos desenvolvimento, que deve ser fundamentado a partir de dez competências gerais[4], que, em linhas gerais, consolidam pedagogicamente o direito ao desenvolvimento e à aprendizagem ao longo de toda a Educação Básica.

Diante desse entendimento, é relevante acrescentar que o desenvolvimento integral do aluno e a sua preparação para a vida, o trabalho e a cidadania[5] são viabilizados a partir da ampliação e ressignificação de novos conhecimentos, habilidades, saberes, atitudes e valores. É importante sublinhar que esses elementos emergem da realidade contemporânea, para que o ser humano em desenvolvimento possa contribuir, agir e produzir de forma ética, política e humana na sociedade, o que implica a necessidade de desenvolvimento em todas as **dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural.**

Nesse sentido, a escola precisa levar em consideração os sentimentos, as emoções, a identidade, a singularidade e a diversidade do aluno, de forma global e não fragmentada. Quanto a isso, Nóvoa (1992) atesta que um dos grandes desafios da escola do século XXI é trazer ao campo pedagógico as inovações tecnológicas e das demais áreas científicas, tendo em vista que a estrutura educacional de hoje foi criada no final do século 19.

Frente a tal acepção, Freire (2001) esclarece que a escola tradicional se distancia da aprendizagem significativa, capaz de articular a formação de um cidadão crítico e apto para as exigências do mundo contemporâneo, tornando-se incapaz de atender a demanda da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem na escola deve fornecer meios que garantam o acesso a conhecimentos gerais sem deixar de lado as especificidades culturais e a identidade de todos os alunos, independentemente de aspectos como: identidade, etnia, raça, cor de pele, gênero, deficiência ou classe social. É importante que esses aspectos sejam contextualizados a partir da realidade sociocultural e histórica dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno do deslocamento do povo indígena das comunidades para a área urbana é cada vez mais crescente em Roraima, logo despertou o interesse para a investigação dessa temática, com a proposta, frente a tamanho desafio, de analisar como o trabalho docente contribui para a aprendizagem de alunos indígenas.

Nessa perspectiva, é fértil o campo da formação continuada, mesmo sem deixar de perceber seus desafios. Com relação à sugestão de ações de implementação para o alcance de tal formação, uma possibilidade é a realização de um diagnóstico dos projetos realizados nas escolas, a socialização entre as instituições de ensino via seminários ou outra forma de divulgação,

Posterior a isso a possibilidade de construção/estruturação de uma proposta de formação continuada, sendo esta promovida por professores, alunos indígenas e não indígenas e toda a comunidade escolar. Outra etapa sugerida é preparar toda a equipe escolar no tocante aos atendimentos dispensados aos indígenas. A partir desse tipo de ação, é possível promover o protagonismo de todos os envolvidos, a partir de um olhar inovador, inclusivo e colaborativo.

Vale ressaltar ainda que, tendo como fundamento o aporte teórico e os resultados dos dados à luz da ciência, podemos considerar que quando ocorre o trabalho docente desconectado da realidade da escola e dos alunos indígenas, esses têm menos chances de permanecer na escola. Isso, por sua vez, contribui para que esses discentes tenham melhores

condições de competir com os demais alunos no ingresso a universidade, se tornando vítimas de todo tipo de exploração das relações econômicas.

Reconhecemos os avanços na educação brasileira, outrossim é necessário que melhoremos no que se refere ao respeito à diversidade cultural, tanto na prática nas escolas, como no que ela precisa integrar à prática docente, não como um problema, mas como um rico acervo de valores culturais. Desta maneira, é possível contribuir para mudanças que incluem desde as políticas públicas até a prática do professor.

Portanto, é relevante que as metodologias educacionais desenvolvidas nas escolas atendam de forma integral aos alunos indígenas, sendo necessário o planejamento de metodologias que respeitem a aquisição da leitura e escrita desse alunado. Desse modo, é urgente uma formação docente alinhada ao currículo, capaz de preparar o professor para atender à diversidade cultural, convergindo para o desenvolvimento de sua prática pedagógica em sala de aula de forma e o respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#!/site/inicio>>. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 11.645/08**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acessado em:
17 de fev de 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GABRIEL, Y. Emotion, learning and organizational change. **Journal of Organizational Change Management**, v.14, n.5, p.435-451, 2001.

NÓVOA, Antonio (coord.). Formação de Professores e Profissionais Docente. In: **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicação Dom Quixote/IIIE, 1992.

^[1] Segundo Santos (2009 apud SOUZA, 2016), o aluno indígena no Estado de Roraima remete ao indivíduo que tem origem biológica e sente pertencer a um povo nativo das regiões das serras, campos do médio e alto rio Branco de Roraima e das florestas, que possui traços culturais particulares, línguas e costumes específicos, que, na atualidade, defendem um modo próprio de se organizar independente da etnia a que pertencem. Cabe destacar que o termo “alunos indígenas” se refere aos alunos indígenas matriculados nas escolas de Boa Vista, tendo como base o ano letivo de 2018, com estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6ºano ao 9ºano) e do ensino médio regular (1º ano ao 3º ano). Destacamos ainda que a Lei e Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDBN), art. 4º determina que é dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental e c) ensino médio; II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

[2] Atualmente, na capital Boa Vista-RR existem quatorze escolas estaduais militarizadas, implantadas pelo Decreto Governamental nº 24.851-E, de 05 de março de 2018, a partir de quando passaram a funcionar mediante a política de militarização, que valoriza os princípios da hierarquia, da disciplina, o civismo e a cidadania como forma de integração social.

[3] Disponível em: https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk01TxCV_nLcsLMgjRWT1VUX9ggQGHg%3A1583171261822&ei=vUZdXrbPMda85OUPm9OD0Asab.3..0I2j0i22i30I8.18313.21387..21755...0.2..0.219.436.2-2.....0....1..gws-wiz.....0i71j35j39.K2kIkB9ZdJg&ved=0ahUKewj2obfFrPznAhVWHrkGHZvpALoQ4dUDCAs&uact=5. Acessado em: 23 de abril 2017.

[4] As 10 Competências Gerais funcionam como norteadores das áreas de conhecimento e seus componentes curriculares, objetivando a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Elas “foram definidas a partir dos direitos éticos, estéticos e políticos assegurados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida no século 21”. São, portanto, a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas da vida cotidiana, o exercício da cidadania e do mundo do trabalho. As competências são, a saber: Conhecimento, Pensamento científico, crítico e criativo, Repertório cultural, Comunicação, Cultura digital, Trabalho e projeto de vida, Argumentação, Autoconhecimento e autocuidado, Empatia e cooperação e Responsabilidade e cidadania. Disponível em: <https://sae.digital/base-nacional-comum-curricular-competencias/>. Acesso em: 10 de fev. 2020.

[5] Está assertiva faz referência ao fato de que a Educação Básica no Brasil deveria promover o desenvolvimento integral dos alunos e a sua preparação para a vida, o trabalho e a cidadania conforme: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.